



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 1

PARECER PRÉVIO Nº 070/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 1672/2010 (06 volumes).

Apensos: Processos nºs. 1653/2013 (10 volumes), 3460/2012 e 5002/2009.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.

4- Exercício: Exercício 2009.

5- Responsável: Sr. José Maria Freitas da Silva Júnior, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação Conclusiva nº 007/2015 (fls. 1037/1044).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1443/2015-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fl. 1045).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.
Exercício de 2009.

*Emissão de Parecer Prévio recomendando a
aprovação das Contas Anuais.*

9- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (Art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constitucional nº 15/95; art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelo art. 11, inciso II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM e art. 3º, II, da Resolução nº 09/1997, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante deste Parecer Prévio, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

EMITE PARECER PRÉVIO recomendando **APROVAÇÃO** das Contas Gerais da Prefeitura do Município de Benjamin Constant, referente ao exercício de 2009, nos termos do art. 1º, inciso I, c/c o art. 58, alínea “c”, da Lei n.º 2.423/96 e art. 11, inciso III, alínea “a”, item 1, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

12- Especificação do quorum: Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Júlio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 070/2015 — TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro-Presidente

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Relator

JULIO CABRAL
Conselheiro

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA
Procurador-Geral

Este documento foi assinado digitalmente por JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO.
Para conferência acesse o site <http://consulta.tce.am.gov.br/spepe> e informe o código: DAD334DE-4D04001D-9B9D89E8-3138FE05



ACÓRDÃO Nº 070/2015 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 070/2015)

1- Processo TCE nº 1672/2010 (06 volumes).

Apensos: Processos nºs. 1653/2013 (10 volumes), 3460/2012 e 5002/2009.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.

4- Exercício: Exercício 2009.

5- Responsável: Sr. José Maria Freitas da Silva Júnior, Prefeito e Ordenador de Despesas à época.

6- Unidade Técnica: DICOP – Informação Conclusiva nº 007/2015 (fls. 1037/1044).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 1443/2015-MP-ACP, do Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas (fl. 1045).

8- Relator: Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual.
Prefeitura Municipal de Benjamin Constant.
Exercício de 2009.

*Contas regulares com ressalvas. Multa.
Prazo.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão Plenária, no uso de suas atribuições Constitucionais e legais previstas nos art. 40, II, da Constituição Estadual, c/c o art. 18, II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, da Lei nº 2.423/96 e arts. 5º, II e 11, III, “a”, item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade** nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em divergência**, com o pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:

9.1- Julgar pela regularidade com ressalvas das contas da Prefeitura Municipal de Benjamin Constant, referente ao exercício de 2009, tendo como responsável o **Sr. José Maria Freitas da Silva Júnior**, Prefeito e Ordenador de Despesas à época, nos termos do nos termos do art. 22, II, e 24 da Lei nº 2423/96;

9.2- Multar o Sr. José Maria Freitas da Silva Júnior, Prefeito Municipal de Benjamin Constant e Ordenador de Despesas à época, no valor de **R\$ 10.000,19** (dez mil reais e dezenove centavos), referente a 22,81% do valor previsto no art. 54, §2.º, da Lei nº 2.423/96, c/c o art. 1º, da Resolução TCE/AM nº 25/2012, conforme estabelece o art. 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96, pelas restrições constantes dos itens 1 (item 3 do Voto originário, fl. 562 - Vol. 3, Proc. 1672/2010); 2 a 8 (itens 10, 17, 19, 25, 28, 29 e 31 do Voto originário, fls. 563/566 - Vol. 3, Proc. 1672/2010); e pelos serviços e obras contratados, referente à Tomada de Preços nº 010/2009 e Cartas Convites nº 031/2009, 032/2009, 012/2009 e 004/2009), deste voto;

9.3- Fixar o prazo de 30 (trinta) dias, para que o **Sr. José Maria Freitas da Silva Júnior**, recolha os valores das multas que lhe foram imputadas aos cofres públicos (art. 72, III, “c”, da Lei nº 2.423/96), ficando a **DICREX autorizada**, caso expirado esse prazo sem o devido pagamento, a tomar as providências para iniciar a sua execução administrativa, adotando as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM.

10- Ata: 45ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 16 de dezembro de 2015.

